

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO QUALITATIVA DOS BALANÇOS SOCIAIS DA PETROBRAS DO PERÍODO DE 2000 A 2004

Autores

LIDIANE NAZARÉ DA SILVA DIAS

Instituto de Estudos Superiores da Amazônia

JOSÉ RICARDO MAIA DE SIQUEIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Como maior empresa brasileira, 15ª do setor petrolífero mundial e por atuar em um setor potencialmente agressivo ao meio ambiente, a Petrobras é objeto, ao longo dos anos, de uma pressão por parte da sociedade por uma postura sócio-ambiental responsável. Estes fatores contribuíram para que a mesma fosse escolhida para um estudo de caso, que tem por objetivo acompanhar a evolução qualitativa dos Balanços Sociais da empresa no período de 2000 a 2004. Objetivou-se também analisar seu grau de abrangência e a contribuição do modelo GRI (*Global Reporting Initiative*) na exposição das informações. Para atender a essa finalidade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise e tabulação dos dados contidos nos Balanços Sociais do referido período. Constatou-se um aumento na qualidade e quantidade de informações, estimulado pela incorporação de contribuições oriundas da proposta da GRI (Diretrizes). Trabalhando com onze princípios básicos para a elaboração de relatórios, as Diretrizes proporcionam uma visão abrangente do desempenho econômico, ambiental e social da organização. Conclui-se que houve uma evolução significativa na qualidade dos Balanços Sociais da Petrobras no período analisado, pois se notou que foi incorporado um conjunto crescente e ordenado de informações, enfatizando-se o destaque crescente dado à evidenciação das externalidades negativas da atividade econômica, demonstrando maior compromisso da empresa para com a qualidade e a transparência das informações fornecidas à sociedade.

1. Introdução

Por muitos anos, diversas organizações apenas se preocupavam com a obtenção de lucros cada vez maiores, sugando da sociedade na qual estavam inseridas tudo o que fosse necessário para o alcance deste objetivo, deixando, freqüentemente, nada ou quase nada em troca.

Com o passar do tempo, se percebeu o crescimento de movimentos sociais no seio da população cobrando melhores condições de trabalho, respeito ao meio ambiente, redução das desigualdades sociais e raciais, dentre outras mudanças, o que fez com que as organizações passassem a dar maior importância para estes fatores até pouco tempo menosprezados.

Um pequeno exemplo disto, como destaca Paduan (2005), foi visto em 1995, quando a Nike foi denunciada por contratar fornecedores no Paquistão que utilizavam mão-de-obra infantil na fabricação de bolas e, em uma semana, as ações da companhia caíram 57%.

Como pode ser observado, as empresas encontraram-se diante de um novo modelo estratégico, onde os interesses dos acionistas começaram a dividir espaços com as demandas da comunidade, dos clientes, dos funcionários e dos fornecedores, chamados de *stakeholders*,

onde a Responsabilidade Social deixou de ser uma opção para as empresas passando a ser uma questão estratégia e, muitas vezes, de sobrevivência (KRAEMER, 2005).

Herrmann (2004) afirma que uma política de responsabilidade social pode fornecer valor como parte das atividades estratégicas diárias de uma companhia. E mais, diz que a empresa que ignora isto em suas atividades pode manter o lucro ou o retorno sobre o investimento no curto prazo, mas, a longo prazo, seu lucro potencial é reduzido.

Inseridas neste contexto encontram-se as empresas da área petrolífera, que são caracterizadas por estarem em um setor econômico potencialmente agressivo ao meio-ambiente, tendo, inclusive, históricos de eventos daninhos ao equilíbrio ecológico. Estas empresas estão atentas às exigências contemporâneas e vêm buscando construir uma imagem eco-amigável (GUYON, 2003).

Uma forma de tentar transmitir uma imagem de “empresa socialmente responsável” é através da elaboração e publicação do Balanço Social, fazendo com que, conforme Martins (1997) *apud* Ribeiro (2005, p. 24), “a sociedade como um todo conheça melhor a empresa”. Contudo, tal construção de imagem deve ser obtida através da formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e não pela utilização de um relatório social distorcido.

Para Glautier e Underdown (1995) *apud* Ribeiro (2005) a “contabilidade de responsabilidade social” constitui-se em “uma nova dimensão da contabilidade, por meio da qual pretendia-se refletir a responsabilidade da empresa nessa área, visando à informação sobre a natureza e formas de contribuição social”.

Auxiliando nesta “prestação de contas”, algumas organizações não governamentais, tanto no Brasil quanto fora dele, começaram a unir-se na tentativa de formular modelos de relatórios de sustentabilidade transparentes, responsáveis e não enviesados, dentre os quais pode-se destacar o modelo proposto através das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (Diretrizes) elaboradas pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

Estas Diretrizes vêm ao encontro da busca por soluções das dificuldades enfrentadas na ocasião da análise e elaboração dos relatórios sociais, pois proporcionam um modelo que admite comparabilidade das informações entre períodos e empresas diferentes auxiliando a diminuir as dificuldades relacionadas ao tratamento a ser dado no registro e na exposição de informações sociais e ambientais resultantes das atividades de certas empresas (KRAEMER, 2005).

No Brasil, uma das empresas que pertence ao cenário descrito acima é a Petrobras, que há anos divulga o seu Balanço Social e, desde 2001, vem se adequando às normas da GRI.

Assim, o objetivo deste trabalho, é analisar a evolução qualitativa dos Balanços Sociais da Petrobras no período de 2000 a 2004 e verificar se a utilização da GRI contribuiu para que os Balanços Sociais da empresa se tornassem mais abrangentes e transparentes.

2. Balanço Social: conceito e tipologia

Conforme Ribeiro e Lisboa (1999):

“A Contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social”.

São encontrados diversos conceitos sobre o que vem a ser o Balanço Social. O aqui apresentado foi o elaborado por Tinoco (2002) o qual diz que “o Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa a evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários”.

Este conceito traz consigo uma palavra que vem sendo fruto de diversas discussões: “transparência”. A transparência das informações publicadas se traduz pelo atendimento a diversos pontos, tais como: a existência de evidenciações no corpo do relatório que permitam uma melhor compreensão por parte do usuário, a revisão por entidade não vinculada com a gestão da organização, ou ainda, através da identificação de um responsável pelas informações que possa servir de interlocutor com os *stakeholders* e dirimir dúvidas.

Apesar de ser crescente o número de empresas que vêm publicando voluntariamente relatórios não-financeiros ao redor do mundo, uma pesquisa recente denominada “Towards Transparency” (“Em direção a Transparência”) aponta que um imenso número de multinacionais são omissas, em seus relatórios de sustentabilidade, sobre assuntos como emissões de gás carbônico, condições de trabalho, ou relações com a comunidade. A natureza e o padrão destes relatórios de sustentabilidade variam amplamente (COWE, 2004).

Porém, segundo Cowe (2004), de acordo com uma recente análise realizada pela consultoria de Sustentabilidade da ONU (Risco de Oportunidade: Melhor pratica de relatórios não-financeiros), está começando a emergir opiniões de que melhoraram a qualidade dos relatórios. Para que se possa dizer que há transparência nos relatórios, os assuntos mais relevantes devem ser identificados e discutidos mais claramente com a sociedade.

Outro ponto importante de ser observado no conceito de Tinoco (2002) é a respeito das “informações [...] do desempenho das entidades” pois assim, serão expostas tanto informações referentes a aspectos positivos da organização como relativas a efeitos daninhos à sociedade e meio ambiente como um todo.

A comunicação entre os gestores de uma organização e os *stakeholders* é freqüentemente a chave dos dilemas da responsabilidade social. Um dos papéis fundamentais dos primeiros seria informar a estratégia da empresa bem como os objetivos do empreendimento para o longo prazo, sendo que estas informações devem ser claras a fim de que não proporcionem dúvidas sobre o seu entendimento (BROCK, 2005). Pois, a partir destas informações, os *stakeholders* poderiam concluir se a empresa é ou não socialmente responsável e, conhecendo melhor o negócio, poderiam tomar mais conscientemente decisões do tipo “onde investir seu dinheiro” ou “que produtos comprar”.

Ainda segundo o autor acima, a responsabilidade social permite que a companhia controle seu impacto total sobre a sociedade e o meio ambiente gerando valor aos *stakeholders*, alinhando a estratégia do negócio com a cultura e os valores da organização.

A Fipecafi (2000) apresenta quatro vertentes para o Balanço Social, a saber: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Benefícios e Contribuição à Sociedade em geral. O Balanço Ambiental refere-se a todos os gastos e investimentos que envolvam recursos naturais ou estejam voltados para esta área. O Balanço de Recursos Humanos demonstra o perfil da força de trabalho, remuneração e benefícios concedidos, bem como gastos com a comunidade que cerca a organização. A Demonstração do Valor Adicionado visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela organização e como ela foi distribuída a sociedade. E a quarta vertente evidencia o que a organização tem feito em termos de benefícios sociais. Se a vertente da DVA for entendida como um instrumento de evidenciação da capacidade redistributiva da atividade econômica,

todas vertentes encontram-se atendidas, em maior ou menor grau, pelo modelo proposto pela GRI.

3. A contribuição da GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma instituição global independente lançada em 1997 como uma iniciativa conjunta da organização não-governamental Ceres (Coalition for Environmentally Responsible Economies) e do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com o objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade, auxiliando a organização relatora e suas partes interessadas a articular e compreender suas contribuições para o desenvolvimento sustentável, porque elabora padrões para a apresentação destes relatórios de forma independente, transparente e constantemente aperfeiçoada (GRI, 2002, p. 1).

As *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade* (Diretrizes) elaboradas pela GRI são baseadas num processo consensual a fim de criarem relatórios que possam alcançar aceitação mundial. Para isto, há a participação de *multi-stakeholders*, que são representantes da indústria, de grupos ativistas sem fins lucrativos, de órgãos contábeis, peritos de negócios, advogados, entre outros (GEE e SLATER, 2005).

Conforme Ribeiro (2005, p. 122-123), as Diretrizes têm o objetivo de propiciar direcionamento para que os relatórios:

- “apresentassem uma visão clara do impacto ecológico e humano da empresa, a fim de apoiar a tomada de decisão quanto a investimentos, parcerias ou terceirização;
- proporcionassem às partes interessadas informações confiáveis e relevantes;
- apoiassem a avaliação e melhoria contínua do seu desempenho e progresso;
- respeitassem e ampliassem, consistentemente, os critérios externos já estabelecidos e aceitos para a elaboração de relatórios, a fim de lhe garantir transparência e credibilidade;
- apresentassem formato compreensível, que facilitasse a comparação com relatórios emitidos por outras organizações;
- complementassem outras formas de comunicação, incluindo as de natureza financeira; e
- ilustrassem a relação entre os três elementos da sustentabilidade: o econômico (que inclui a informação financeira, mas não se limita a ela), o ambiental e o social”.

Em junho de 2000 houve a publicação, pela GRI, da primeira edição das Diretrizes, que foi sendo aprimorada através de estudos e diálogos com as partes interessadas, levando à outra edição em 2002, fazendo com que se chegasse um pouco mais perto da finalidade de permitir que as empresas e outras organizações preparem relatórios *triple bottom line* (ou resultado triplo) comparáveis entre si, sobre seu desempenho econômico, ambiental e social (GRI, 2002, p. 9).

A terceira edição das Diretrizes da GRI encontra-se em processo de elaboração. Ela conta com o trabalho de alguns grupos focalizados na tarefa técnica de boa afinação ou “renovação” dos indicadores da GRI, tendo trabalhado: para que não haja o aumento substancial do número de indicadores que já existem nas Diretrizes de 2002; para assegurar que os indicadores sejam pertinentes e tecnicamente possíveis; e para fazer indicadores

qualitativos e quantitativos mais satisfatório e mais compatível com conceitos de contabilidade (GEE e SLATER, 2005).

As Diretrizes podem ser utilizadas de maneira voluntária por organizações de qualquer tipo, tamanho e localidade que desejam elaborar relatórios sobre as dimensões econômica, ambiental e social de suas atividades, produtos e serviços.

De acordo com a opção escolhida quanto à utilização das Diretrizes, uma organização pode utilizar relatório “de acordo com” as Diretrizes (seguindo estritamente as recomendações da GRI) ou uma abordagem informal, que começa com uma adesão parcial aos princípios e/ou ao conteúdo das Diretrizes e progressivamente alcança um nível mais completo de adesão (GRI, 2002, p. 14).

A medida em que mais indicadores da GRI forem sendo utilizados, o grau de abrangência do relatório vai aumentando, pois passa a cobrir um número maior de itens que proporcionarão uma estrutura mais completa, levando a uma maior comparabilidade para com o relatório de outras empresas.

Conforme a GRI (2002, p. 13 - 14), o que se ganha ao elaborar relatório “de acordo com” é o aumento do grau de comparabilidade (que é aspecto básico da missão da GRI, por meio de procedimentos comuns em sua elaboração), flexibilidade (visto que os diversos setores da economia utilizar-se-iam do mesmo modelo) e de transparência (onde as organizações relatoras devem indicar claramente como foram usadas as Diretrizes e os indicadores essenciais, que por sua vez são elaborados conforme a decisão dos emitentes do relatório, não esquecendo que a omissão de indicadores essenciais deve ser justificada).

A própria GRI faz questão de ressaltar que as Diretrizes não têm como função governar o comportamento das organizações, mas sim contribuir apenas para a descrição dos resultados obtidos com a utilização dos procedimentos, códigos de conduta e sistemas de gestão (GRI, 2002, p. 11).

4. Balanço Social e a qualidade da informação

A qualidade da informação contida nos Balanços Sociais é uma questão bastante discutida. Siqueira e Vidal (2003) citam quatro aspectos que servem de norte para estes debates, que seriam: a padronização, o viés para potencialização de resultados, a baixa transparência e a abrangência destes relatórios.

4.1. Padronização

A padronização está diretamente relacionada com a necessidade de comparação entre os Balanços Sociais envolvendo períodos diferentes, diferentes empresas, sendo este um ponto já criticado pela literatura nacional e internacional (GRI, 2002, p. 27; SIQUEIRA e VIDAL, 2003, p. 8; SILVA *et alii*, 2001). Em pesquisa realizada por Siqueira e Vidal (2003), o modelo de Balanço Social mais utilizado na amostra obtida foi a DVA, seguido pelo modelo Ibase e posteriormente por uma abordagem qualitativa. Observou-se que, mesmo nos padrões mais solidamente consolidados (Ibase e DVA) existia grande diversidade de apresentação. Foi observado também que, freqüentemente, às demonstrações numéricas eram agregados textos extensos, com baixo poder explicativo, aumentando a dificuldade de análise por parte do usuário. Silva *et al* (2001) também chegou à conclusão de que no modelo da DVA há falta de padronização, após realizar um trabalho que comparava duas amostras: uma de 16 empresas nacionais e outra de 10 empresas internacionais.

4.2. Viés para potencialização de resultados

Este aspecto trata da utilização do Balanço Social como sendo uma demonstração onde serão evidenciadas as contribuições positivas da organização em relação à sociedade. Ou seja, algumas empresas insistem em considerar que esta demonstração nada mais é que um instrumento de marketing, onde serão evidenciadas as “benfeitorias” realizadas por elas.

Quando isto ocorre, o Balanço Social acaba se afastando de sua essência, que seria, segundo a Fipecafi (2000) “demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida”. Entende-se por resultado a contraposição entre aspectos positivos e negativos da atividade econômica onde a prevalência dos primeiros seria um indicador de responsabilidade social. É importante destacar que estes últimos aspectos não têm recebido a devida atenção, o que leva ao questionamento da validade do Balanço Social nestes casos, pois este passaria a ser divulgado de acordo com o que for mais conveniente para a empresa.

Taylor (1980, p.32), *apud* Cunha e Ribeiro (2004) afirma que:

“O Balanço Social não é, nem pode ser, um meio de dar publicidade ao fato de sermos muito bons no aspecto social. É um meio para verificar, realmente, como somos, objetiva e desapaixonadamente, por meio de uma avaliação asséptica dos resultados que vamos obtendo no campo”.

4.3. Baixa Transparência

Os principais pontos que levariam a uma maior transparência das informações veiculadas no Balanço Social seriam:

- (1) notas explicativas associadas às informações;
- (2) auditoria; e
- (3) identificação de um responsável pelas informações contidas no relatório.

As notas explicativas se fazem necessárias para garantir aos usuários informações claras e completas sobre a organização. Estas podem ser utilizadas para oferecer explicações complementares sobre o impacto das operações da empresa, para determinar a composição de certos indicadores, ou descrever as práticas utilizadas na confecção do relatório.

A existência de uma auditoria externa aos demonstrativos sociais faz com que aumente a confiabilidade dos dados apresentados. Segundo Tinoco (2002), a auditoria do Balanço Social juntamente com outros relatórios “permite aos empresários e aos agentes sociais identificar, medir e agir sobre os fatos sociais vinculados à empresa, tanto interna como externamente”.

A identificação de um responsável pelas informações é outro ponto que precisa ser observado, pois assim as informações passariam a ter maior credibilidade, já que existiria um indivíduo dentro da organização que responderia por possíveis imprecisões divulgadas à sociedade. Este responsável serviria também como um interlocutor entre a empresa e os *stakeholders*, tratando de assuntos relacionados com a responsabilidade social da empresa.

Provavelmente, um dos fatos que levam à baixa transparência dos Balanços Sociais é a falta de regulamentação, pois a medida em que esta existisse, os três pontos citados acima poderiam ser atendidos.

Nelson Carvalho, em entrevista a Varella (2002), afirma que é de conhecimento geral que “transparência induz, automaticamente, à conduta adequada – quando todos conhecem o que fazemos, tendem a fazê-lo de maneira mais acertada possível”. O mesmo se referia às

demonstrações contábeis financeiras, porém este comentário é válido, ou pelo menos deveria ser, também para o Balanço Social.

4.4. Abrangência

A abrangência de um relatório social está associado à divulgação de um amplo leque de informações à sociedade, que pode ser entendido – e é neste trabalho – como o atendimento às vertentes elencadas pela Fipecafi (2000).

A GRI (2002, p. 24) trabalha com três das quatro vertentes citadas acima que seriam relativas “ao desempenho econômico, ambiental e social”. Porém, se a DVA for encarada como um instrumento de quantificação dos aspectos redistributivos das operações da empresa, então a GRI atenderá a todas as vertentes da Fipecafi (2000), visto que nos indicadores econômicos estes aspectos redistributivos são contemplados.

5. Metodologia

Para atender a finalidade do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, segundo Marion, Dias e Traldi (2002), ocorre quando se “objetiva explicar um problema com base em contribuições teóricas publicadas em documentos (livros, revistas, jornais etc). Já a pesquisa documental, conforme Fachin (2001), “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e na utilização de toda espécie de informações [...] na forma de textos, imagens e outros”.

Paralelamente, foi realizado o Estudo de Caso, que, para Gil (2002) é “encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real”. Nele, utilizou-se os Balanços Sociais da Petrobras de 2000 a 2004, que, com exceção do de 2003, foram conseguidos junto ao setor de Atendimento aos Acionistas da empresa. Eles serviram como fonte de dados de onde as informações eram extraídas de modo que pudesse ser feito o acompanhamento da evolução das mesmas no decorrer do tempo em questão.

Para o ano de 2003 se recorreu à Internet, já que o documento fornecido pelo referido setor se assemelhava a um extrato modificado das informações sociais publicadas, não possuindo a mesma abrangência de informações que fora apresentada nos demais anos.

As informações contidas nos Balanços Sócios da Petrobras do período analisado foram classificadas em: negativas e positivas. Assim, media-se o total da área ocupada por cada categoria (desconsiderando fotos e títulos) e calculando o quanto cada uma representava percentualmente sobre o total das informações, chegando-se, deste modo, a dados quantitativos sobre os Balanços Sociais ano a ano, para que se pudesse avaliar quais tipos de elementos vêm recebendo maior destaque pela empresa nestes seus demonstrativos.

A análise da qualidade dos Balanços Sociais da empresa será realizada à luz das quatro perspectivas adotadas por Siqueira e Vidal (2003): padronização, potencialização de resultados, baixa transparência e abrangência. Tais pontos são considerados fontes de crítica a estes demonstrativos e estão diretamente relacionados com a determinação de sua qualidade.

Vale ressaltar que a Petrobras foi a empresa escolhida para o estudo de caso devido à sua relevância na economia nacional e por vir agregando indicadores sugeridos pela GRI.

6. Análise de Caso da Petrobras

Atuante na área de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e derivados, a Petrobras é a maior empresa de petróleo da América Latina e a 15ª do mundo, segundo os critérios da publicação *Petroleum Intelligence Weekly* (Petrobras, 2002, p. 9). É também a maior exportadora e a maior contribuinte fiscal brasileira, líder em tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas e reconhecida mundialmente por sua excelência em segurança operacional e ambiental (Petrobras, 2003, p. 4).

6.1. Padronização

Ao analisar-se os Balanços Sociais da Petrobras de 2000 a 2004, depara-se com uma grande variabilidade de informações de ano para ano, o que levaria a uma conclusão de baixa padronização interna do relatório, ou seja, uma grande variabilidade de indicadores e demonstrativos de um exercício para outro.

Esta aparente baixa padronização interna, no entanto, representa um momento de transição, onde a empresa migra de um relatório genérico, com informações vagas em 2000, para um conjunto de indicadores abrangentes e consistentes com o propósito de oferecer uma visão mais realista do grau de responsabilidade social da empresa. Isto pode ser observado no Quadro 1, onde se percebe a inclusão gradual de indicadores do GRI, Ethos e DVA, entre outros; levando, em um segundo momento, a um relatório com maior conformidade a padrões consolidados nacionalmente e internacionalmente permitindo, assim, uma maior comparabilidade.

Quadro 1: Modelos de Indicadores Sociais utilizados pela Petrobras entre 2000 e 2004

Modelo Utilizado / Ano	Texto, gráficos e tabelas	Ibase	GRI	Indicadores Ethos	DVA	Pacto Global	Outros*
2000	x	x					
2001	x	x	x				
2002	x	x	x	x			
2003	x	x	x	x	x	x	x
2004	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pelos autores.

*Refere-se ao Cebds (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), as normas da ANP (Agência Nacional de Petróleo) e a Dow Jones Sustainability Index.

A posição adotada pela empresa faz com que ela, de certa forma, se torne mais exposta aos *stakeholders*, pois os mesmos terão acesso a uma gama de informações até pouco tempo desconhecidas, tanto dos pontos positivos quanto dos negativos, podendo acompanhar o caminho que a empresa vem tomando em seu relacionamento com o ambiente em que está inserida. Contudo, é importante destacar que os aspectos positivos ainda têm preponderância nas informações divulgadas conforme se pode observar, mais adiante, no Gráfico 1.

Infelizmente se percebe uma precariedade na comparabilidade interna do relatório, encontrando-se divergências de um ano para o outro.

No demonstrativo de 2001, a quantidade de CO₂ não-emitidos para a atmosfera é de 401.695 t/ano, enquanto que no comparativo de 2002, a quantidade de 2001 aparece como 603.000 t/ano.

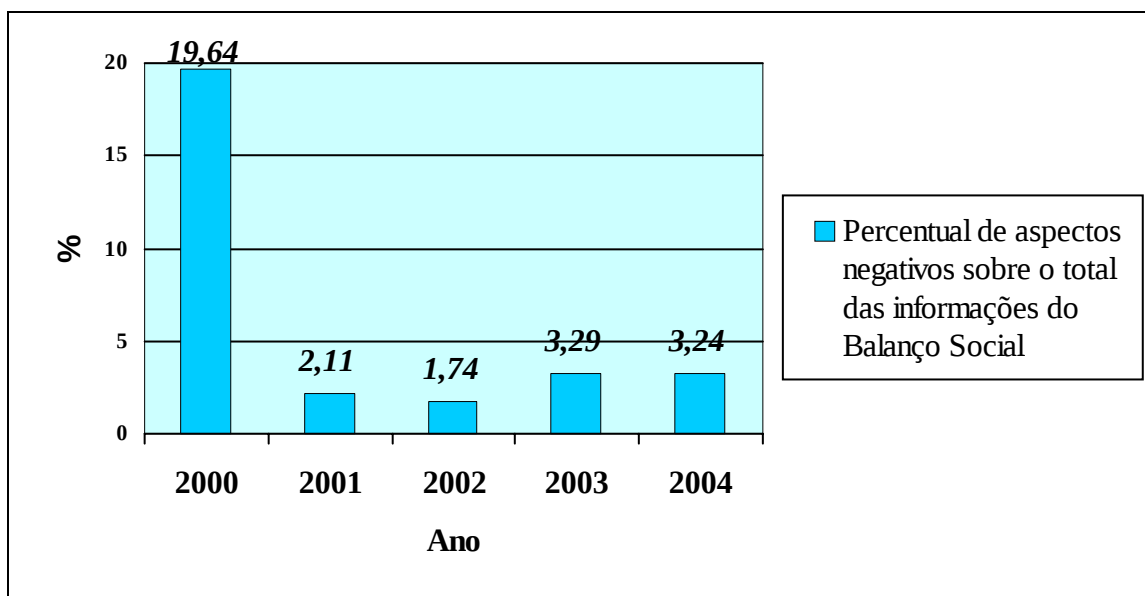
Na mesma linha segue a informação relativa a parâmetros ambientais referente a resíduos. No relatório de 2001 aparece no item Geração de Resíduos Perigosos a quantidade de 444.800 toneladas. Já em 2002, o total de resíduos perigosos do ano anterior é de 260.994 toneladas e a de não perigosos de 183.806 toneladas. Portanto, inconsistente com os dados apresentados no relatório precedente. A soma dos dois totais é que totaliza as 444.800 toneladas apontadas anteriormente.

Outro problema encontrado no ano de 2002 foi a flutuação de indicadores, ou seja, descontinuidade de indicadores sem exposição de justificativas por parte da empresa para tal fato. Em 2001 foi informado o valor dos recursos aplicados na área ambiental nesta parte dos indicadores de desempenho ambiental, o que não ocorre em 2002. Não há a emissão de qualquer nota explicativa, esclarecendo o não fornecimento de tal informação, ao usuário das demonstrações.

6.2. Viés para potencialização de resultados

O viés para potencialização de resultados consiste na prática da empresa, em seus relatórios sociais, dar destaque aos aspectos positivos da atividade econômica em detrimento dos negativos. Não raras vezes, a evidenciação destes últimos se dá acompanhada por atenuantes ou por um estranho viés positivo. Tal prática é uma característica existente, provavelmente, na maioria dos Balanços Sociais publicados e foi observada nos relatórios sociais da Petrobras do período, conforme se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quociente entre aspectos negativos e total de informações contidas no Balanço Social da Petrobras



Fonte: Elaborado pelos autores.

O ano de 2000 foi, sem dúvida um período bastante conturbado na história da Petrobras, pois nele ocorreram os acidentes na Baía de Guanabara e na Refinaria de Araucária, no Paraná, que representaram uma tragédia ambiental e de proporções desastrosas, que custaram caro para a imagem da empresa e para o caixa da mesma, como o próprio Philippe Reichstul, Presidente da empresa neste ano, afirmou (Petrobras, 2000, p. 3).

Tais acidentes se refletem no Balanço Social, conforme se pode observar no gráfico 1, dando a impressão de que se trata do ano com o menor viés para potencialização de resultados dentre os cinco analisados, no entanto tal constatação está longe de ser verdadeira, uma vez

que a maior parte das informações são vagas, dificultando o real dimensionamento do acidente, principalmente no tocante ao seu impacto na flora e fauna local.

Além disso, neste ano de 2000 se observa de forma mais contundente o uso de atenuantes – expressões com o objetivo de minorar o impacto das descrições das externalidades nos usuários dos relatórios – e do viés positivo – expressão com o propósito de destacar o lado positivo de fatos negativos – em companhia da evidenciação de aspectos negativos, conforme se pode observar no Gráfico 2.

Um exemplo do uso de atenuantes é encontrado no relatório de 2000 que destaca que o “acidente na Baía de Guanabara mobilizou 2.398 pessoas, 152 embarcações, 35 quilômetros de barreiras de contenção e toneladas de material absorvente de óleo” (Petrobras, 2000, p. 8).

É importante notar que não se nega a ocorrência da acidente, mas a divulgação de tal acontecimento vem acompanhada por uma descrição detalhada de todos os recursos materiais e humanos mobilizados para o saneamento das consequências daninhas do desastre ao meio ambiente.

Contudo, tal prática não se restringiu a este exercício. No relatório de 2004 se observa a seguinte passagem:

“O principal passivo ambiental identificado na Petrobras está associado aos resíduos sólidos produzidos e à existência de áreas impactadas por suas operações. Para enfrentar esse passivo, a Companhia vem adotando de forma consistente um conjunto de ações de caráter preventivo ou corretivo” (Petrobras, 2004, p. 70).

Pode-se observar que junto ao reconhecimento da existência do passivo ambiental a empresa destaca que vem adotando “ações de caráter preventivo ou corretivo”. O uso do adjetivo “consistente” é fundamental para caracterizar a não incidentalidade de tais ações.

O uso do viés positivo pode ser observado no Balanço Social de 2000 (Petrobras, 2000, p. 6-7), no trecho a seguir:

“Por mais trágico que possa ter sido para o meio ambiente e para a imagem da Companhia, esse acidente [na Baía de Guanabara] – seguido de outro, em julho, na Refinaria de Araucária, no Paraná, quando vazaram outros 4 milhões de litros de óleo – teve a virtude de mobilizar toda a Empresa em busca de um novo padrão de excelência”(grifo nosso).

Em síntese, apesar da dimensão de ambos os acidentes – que em conjunto derramaram 5,3 milhões de óleo – e seu impacto brutal nos ecossistemas locais, o que se destacou foi o lado positivo do acidente que “teve a virtude de mobilizar toda a empresa”.

O viés positivo aparece também no ano de 2001, ainda associado ao acidente da Baía de Guanabara:

“O vazamento de 1.300 metros cúbicos [...] mostrou que todos os investimentos [...] não haviam sido suficientes. [...] Dois meses depois, era lançado o maior programa ambiental e de segurança operacional já posto em prática no Brasil: o Pégaso [...], que prevê investimentos de R\$3,2 bilhões até 2003 [...]” (Petrobras, 2001, p. 11).

Novamente o viés positivo permeia a abordagem ao gravíssimo acidente na Baía de Guanabara. Em vez de uma quantificação do impacto sócio-ambiental do derramamento de

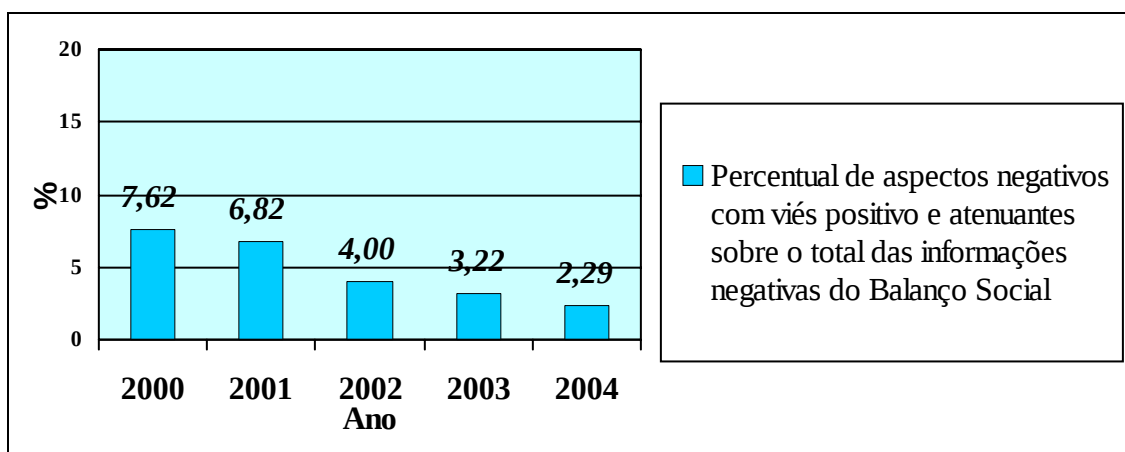
petróleo, não realizado no relatório de 2000, o que se tem é uma apresentação de um programa ambiental que se declara como o maior já existente no país.

Apesar da baixa evidenciação de aspectos negativos – Gráfico 1 – e de sua apresentação com viés positivo ou atenuantes – Gráfico 2 – se observou uma melhora na divulgação de externalidades nos relatórios da Petrobras.

A partir de 2001 são incorporados, em uma base consistente, indicadores com aspectos negativos, tais como: consumo total de água, combustível e energia, quantidade de acidentes com vazamentos, resíduos perigosos gerados pela atividade econômica, volume de vazamentos, número de greves e paralisações ocorridas, entre outros.

Tal processo de inclusão se estende pelos demais anos, chegando a 2004 a uma base consistente de dados que inclui: *descrição dos principais impactos sobre a biodiversidade associados a atividades e/ou produtos e serviços em ambientes terrestres, de água doce ou marítimos; impactos de atividades e operações sobre áreas protegidas ou sensíveis; unidades de negócios operando ou planejando operações em áreas protegidas ou sensíveis, ou ao seu redor; derramamento significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis pelo número total de ocorrências e pelo volume total; e descrição de processos judiciais, incluindo questões relativas aos direitos humanos*, entre outros.

Gráfico 2: Quociente de aspectos negativos com viés positivo e atenuantes sobre o total de informações negativas contidas no Balanço Social



Fonte: Elaborado pelos autores.

6.3. Baixa transparência

Ano a ano vão sendo observadas as inclusões de informações que comprovam o aumento do comprometimento da empresa para com a transparência do seu Balanço Social, porém é a partir de 2003 que os três itens referentes a este ponto (inclusão de notas explicativas, auditoria e responsável pelas informações) são melhores observados.

Em 2003 ocorre a divulgação do nome, cargo e uma forma de contatar o responsável pela elaboração do Balanço Social (informação que não existia até o momento), corroborando o processo de busca por transparência empreendida pela empresa, pois, em caso de dados falhos ou dúvidas sobre os mesmos, há um interlocutor que pode vir a ser procurado.

Neste ano começam a aparecer de forma mais evidente notas explicativas às demonstrações numéricas, tanto no modelo Ibase quanto nos dados contidos no texto, que é onde as informações relacionadas aa GRI e a outros modelos estão relacionadas.

Um exemplo de notas explicativas está na tabela sobre acidentes de trabalho (Petrobras, 2003, p. 37), que possui informações a respeito de empregados próprios, contratados e consolidado. Somente este tópico possui cinco notas explicativas a respeito dos critérios utilizados para se chegar nos referidos números, tipo de acidente que faz com que o trabalhador seja enquadrado nestes dados, fórmula do cálculo.

É também a partir deste ano que aparece a figura do auditor independente como revisor de “algumas” informações do Balanço Social, que foram previamente acordadas entre a Petrobras e a empresa de auditoria em virtude de não haverem normas de auditoria para relatórios sociais.

Estes procedimentos encontram-se assim resumidos no relatório da auditoria no Balanço Social de 2003, p. 71:

“i) entrevistas junto a profissionais da Petrobras; ii) análises de arquivos eletrônicos que originaram as informações contidas no Balanço Social; iii) revisão de fontes de informações externas que originaram informações contidas no Balanço Social; iv) revisão de contratos, acordos e outros documentos comprobatórios de determinadas informações constantes no Balanço Social; v) análise dos principais processos e revisão da estrutura de controles internos dos respectivos processos que geraram as informações incluídas no Balanço Social; e vi) confronto das informações contábeis incluídas no Balanço Social com as demonstrações contábeis relativas ao exercício”.

Tal documento, no entanto, conforme ressalva feita pelos próprios auditores, não é um parecer, já que “não existem normas formais sobre os procedimentos de auditoria a serem aplicados sobre relatórios de responsabilidade social” (Petrobras, 2003, p. 71).

A própria descrição dos trabalhos efetuados traz ambigüidades em seu bojo. Um exemplo disto é quando revela que os procedimentos incluem “análise dos principais processos e revisão da estrutura de controles internos dos respectivos processos que geraram as informações incluídas no Balanço Social”, não há uma indicação no texto que permita a quantificação da relevância destes “principais processos”. Tal ambigüidade também pode ser encontrada no relatório de 2004.

6.4. Abrangência

Um bom parâmetro para analisar a abrangência dos relatórios sociais é a contemplação das quatro vertentes relacionadas pela Fiepcafi (2000), referentes a informações ambientais, de recursos humanos, benefícios para a sociedade e DVA. Todos estes dados proporcionarão uma visão completa acerca da influência da empresa sobre sociedade e ambiente onde se encontra inserida.

As informações ambientais passam a ser melhor divulgadas a partir de 2001, recebendo o título de “eficiência” dentro do Balanço Social. Neste ano, dados como quantidade de vazamentos e multas, valores a serem investidos na área ambiental, resíduos e economia de energia, por exemplo, passam a ser tratadas de forma clara, sendo que outras informações referentes a esta área são agregadas a cada ano.

Também é em 2001 que a vertente referente a recursos humanos passa a ser destacada. Em 2002, este tema recebe o título de “o olhar humano, a valorização de quem faz a Empresa”. Porém é a partir de 2003, com a adesão concomitante ao Pacto Global, que uma

gama de informações realmente relevantes como sobre o combate a mão-de-obra infantil são incorporadas.

Se apenas forem encarados como benefícios a sociedade os tópicos de projetos comunitários e culturais patrocinados pela Petrobras, em 2000, este item ocupa dez das vinte e oito páginas do Balanço Social (Petrobras, 2000, p. 18 a 27). Em 2003 e 2004 os benefícios a sociedade são enquadrados na área de Direitos Humanos, onde uma menor atenção vai ser dada aos projetos patrocinados pela empresa em detrimento de informações do tipo: investimento social, voluntariado corporativo, seleção pública de projetos sociais (que passa a ocorrer de forma mais transparente), valorização do idoso, igualdade racial e direitos indígenas, entre outros (Petrobras, 2004, p. 28-43).

A última vertente da Fipecafi, a DVA, passa a ser fornecida junto ao Balanço Social somente em 2003, onde é apresentada em uma tabela comparativa do citado ano com o anterior, porém deste último apenas alguns dados são fornecidos. Em 2004, esta tabela comparativa do ano corrente com o anterior é apresentada na íntegra.

O ano de 2003 representa um marco na evolução do Balanço Social da Petrobras, pois o mesmo consolida o processo de adesão à GRI, bem como com outros indicadores de relatórios de sustentabilidade, sendo criada uma matriz na qual são demonstrados os temas que devem ser abordados por estes diversos modelos e sua localização no texto.

7. Conclusão

A falta de um padrão oficial quanto à elaboração e divulgação do Balanço Social no Brasil faz com que as empresas que optam por publicarem-no voluntariamente acabem por fazê-lo, na maioria das vezes, de acordo com seus interesses, evidenciando o que desejam e, em alguns casos, manipulando os dados a medida em que omitem, amenizam ou transformam uma informação dando um caráter preponderantemente positivo ao relatório. Isto acaba por aproxima-lo a um instrumento de marketing, onde a sua essência é perdida.

Na procura pela padronização, abrangência, transparência e credibilidade surgem esforços de organizações não governamentais tanto no Brasil quanto fora dele que buscam, de alguma maneira, auxiliar as diversas organizações a divulgarem o seu relatório social de maneira não tendenciosa, expondo as contribuições para a sociedade e ao meio ambiente proporcionadas pela empresa, mas sem deixar de evidenciar os efeitos daninhos das operações destas organizações.

Um destes órgãos não governamentais é a GRI, sendo internacionalmente conhecida por vir contribuindo para o aumento da qualidade do relatório social, tendo o número de adeptos ao modelo proposto pelas duas Diretrizes aumentado cada vez mais.

A Petrobras na tentativa de se adequar aos padrões internacionais e atender às exigências emanadas da sociedade local, desde 2001 vem se adequando de modo gradual as Diretrizes emitidas pela GRI e é inegável o fato de que a qualidade e quantidade das informações contidas nos seus relatórios sociais tenham incrementado, enfatizando-se o destaque crescente dado a evidenciação das externalidades negativas da atividade econômica, demonstrando maior compromisso da empresa para com a qualidade e a transparência das informações fornecidas à sociedade.

No decorrer do período analisado, a qualidade dos demonstrativos sociais da Petrobras foi analisada sob as quatro perspectivas propostas por Siqueira e Vidal (2003), que são padronização, viés para potencialização do resultado, baixa transparência e abrangência. O

que se depreende desta análise é que os relatórios sociais da empresa apresentaram uma melhoria de qualidade.

A incorporação de modelos de relatórios sociais nacionalmente e internacionalmente aceitos (Ethos, Ibase, Cebds, normas da ANP, Dow Jones Sustainability Index e GRI) revela que a empresa tem buscado a padronização de seus demonstrativos sociais.

Também o grau de viés para potencialização de resultados tem diminuído através da inclusão de indicadores que incorporam a evidenciação das externalidades do processo produtivo apesar de ainda continuar sendo observado em todos os anos.

A transparência dos relatórios passa a ocorrer de forma mais marcante a partir de 2003, com a inclusão de um número maior de notas explicativas aos dados numéricos, identificação de responsável pelas informações e a pela presença, pela primeira vez, da figura de uma autoria externa relacionada aos demonstrativos sociais.

Contudo, os problemas ainda existem. A auditoria de balanços sociais ainda precisa evoluir dando maior confiabilidade às informações divulgadas. Para isto faz-se necessária a definição de normas formais sobre os procedimentos de auditoria.

Apesar de menos enviesado, os aspectos positivos ainda têm predominância sobre os negativos na exposição de informações organizacionais. Mesmo com maior transparência, indicadores deixam de ser informados sem qualquer nota explicativa que justifique tal decisão, prejudicando, desta maneira, a busca por maior comparabilidade interna. Ou seja, a longa busca pela qualidade informativa ainda não terminou.

Referências Bibliográficas

BROCK, Emma. CSR: altruism or corporate benefit? *Consumer Policy Review*. London: Mar/Apr 2005. Vol.15, Num. 2; pg. 58, 6 pgs

COWE, Roger. Transparency issue can be easily clouded reporting: countries are introducing requirements for listed companies to cover a variety of issues in their reports [SURVEYS EDITION]. *Financial Times London* (UK): Nov 29, 2004. p. 6

CUNHA, Jacqueline Venerosos Alves da e RIBEIRO, Máisa de Souza. Evolução e diagnóstico atual do Balanço Social. In: 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2004, São Paulo, 2004. Disponível em <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br>>. Acesso em: 25 março 2005.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às Demais Sociedades. São Paulo: Atlas, 2000.

GEE, Careesa e SLATER, Alyson A. Developing next-generation GRI guidelines. *Corporate Responsibility Management London*: Apr/May 2005. Vol. 1, Iss. 5, p. 30-33 (4 pp.)

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAUTIER, M. W. E. e UNDERDOWN, B. Accounting theory. 5 th. Ed. Great Britain: Pitman Publishing, 1995.

GRI. Sustainability Reporting Guidelines. Boston: 2002. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 25 março 2005.

GUYON, Janet. From green to gold. *Fortune New York*: Nov 10, 2003. Vol. 148, Iss. 10, p. 226.

HERRMANN, Kristina K. Corporate Social Responsibility and Sustainable Development: The European Union Initiative as a Case Study. *Indiana Journal of Global Legal Studies* Bloomington: Summer 2004. Vol. 11, Iss. 2, p. 205-232 (28 pp.)

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A Formação do Contabilista na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:
<<http://www.gestiopolis.com/Canais4/fin/formacao.htm>>. Acesso em: 09 maio 2005.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Ambiental: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. Disponível em:
<<http://www.correaneto.com.br/meio%20ambiente/contabil.htm>>. Acesso em: 09 maio 2005.

MARION, José Carlos, DIAS, Reinaldo e TRALDI, Maria Cristina. Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Eliseu. Balanço Social: idéia que merece permanecer. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, A3, 18, set. 1997.

PADUAN, Roberta. O Valor Invisível de Uma Empresa. *Revista Exame*, São Paulo, p. 60 - 61, março 2005.

PETROBRAS. Balanço Social de 2000. Rio de Janeiro: 2000.

PETROBRAS. Balanço Social de 2001. Rio de Janeiro: 2001.

PETROBRAS. Balanço Social de 2002. Rio de Janeiro: 2002.

PETROBRAS. Balanço Social de 2003. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em:
<www.petrobras.com.br>. Acesso em: 25 março 2005.

PETROBRAS. Balanço Social de 2004. Rio de Janeiro: 2004.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Maísa de Souza e LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Nº 115. artigo, jan/fev 99 – Ano XXVIII p. 72081.

SILVA, Ana Paula Ferreira da *et al.* “A Demonstração de Valor Adicionado como Alternativa de Medição do Desempenho Gerencial: Um Estudo Comparativo entre Demonstrações Nacionais e Internacionais”. In. 1º Seminário USP de Contabilidade. São Paulo: 2001. Disponível em <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br>> Anais. Acesso em: 25 março 2005.

SIQUEIRA, J. R. M. e VIDAL, M. C. R. Balanços Sociais Brasileiros: Uma Análise de seu Estágio Atual. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3, 2003, São Paulo. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/congresso3/trabalhos>>. Acesso em: 09 abril 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Nº 135. artigo, maio/junho 2002 – Ano XXXI . ISSN0104/8341. p.56 a 73.

VARELLA, M. A universalização da linguagem contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Nº 135. reportagem, maio/junho 2002 – Ano XXXI . ISSN0104/8341. p.16 a 21.

TAYLOR, Robert. Balanço Social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (org.) Balanço

Social na América Latina. Tradução Maria Aparecida Ataliba de L. Gonçalves. Livraria Pioneira Editora. São Paulo: 1980.